

Filipe de Salis Amaral\*

## **João de Almada e Melo, Governador das Armas e das Justiças do Porto – um ensaio sobre a pessoa.**

### R E S U M O

*O Governador das Armas e das Justiças do Porto, João de Almada e Melo, não é uma figura consensual: as opiniões de algumas pessoas da época, ao contrário da dos atuais peritos, são divergentes. Admirado por uns, desconsiderado por outros, pode haver dúvidas sobre as qualidades do principal protagonista das transformações urbanas ocorridas na cidade na segunda metade do séc. XVIII. Apesar da disparidade dos testemunhos dos seus contemporâneos, faz-se uma aproximação à sua personalidade, recorrendo aos documentos que o próprio nos deixou.*  
*Palavras-chave:* João de Almada; Governador do Porto; Arthur William Costigan.

### A B S T R A C T

*The governor of Oporto, João de Almada e Melo, is not a consensual person: unlike contemporary experts, the opinions from some people of that time are divergent. Admired by some and disregarded by others, there may be doubts about the qualities of this figure that led the urban transformations in the city during the second half of the eighteenth century. Despite the disparity of the epochal testimony, an approach to his personality is made the present essay, using the legacy of his own documents.*

*Keywords:* João de Almada; Governor of Oporto; Arthur William Costigan.

### **Características do seu percurso e atividade**

A cidade do Porto conheceu um desenvolvimento singular na segunda metade do séc. XVIII, e é a João de Almada e Melo que se atribuem os méritos. De facto, para além das diligências políticas, ele teve uma participação direta naquela renovação urbana. Contudo, alguns registos epocais sobre a pessoa põem em causa o seu talento.

A conhecida, e já estudada, biografia do Governador elenca dados da sua vida, do seu percurso; trata-se de informação importante mas insuficiente quando procuramos analisar a veracidade de algumas afirmações sobre o carácter do homem que dirigiu uma das maiores transformações da cidade.

Partindo da opinião dos peritos na renovação urbana almadina, que se aproximam da figura de João de Almada através da obra que nos deixou, e com base em diversos documentos escritos por ele, sugere-se uma primeira leitura, um esboço, da pessoa. Este estudo é, pois, um prómio à interpretação do seu carácter, ao qual se deverão somar outros contributos que permitam fazer no futuro um retrato completo do Governador das Armas e das Justiças do Porto.

---

\* Mestre em Metodologias de Intervenção em Património Arquitectónico e doutorando em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

A carreira política de João de Almada resulta de três características: competência, lealdade ao rei e laços familiares. Começando por esta última, era primo de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal. Com ele estabelece uma relação de amizade e confiança que vai para além da mera ligação familiar e da influência política do primo. Não terá sido apenas esta proximidade a alguém tão chegado ao rei que terá feito com que merecesse a confiança do monarca: sucessivos encargos e disposições, registados no livro das *mercês e privilégios*, certificam de algum modo a sua lealdade e o seu serviço incondicional à coroa e ao país<sup>1</sup>. A reputação que adquiriu estaria fundada sobre a sua competência, embora esta não seja consensual.

Há poucos testemunhos da época sobre João de Almada. Aqui falaremos de três – Rebelo da Costa, Costigan e Modessan –, por serem os mais conhecidos e expressivos.

O padre bracarense Agostinho Rebelo da Costa, no seu trabalho “Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto”, deixa o parecer, porventura parcial, daqueles que consideravam errada a política seguida pelo Governador na renovação da cidade. Ali, João de Almada não é propriamente um homem empreendedor e, como diz Ferreira Alves, não seria “mais do que o décimo nono Governador das Justiças”<sup>2</sup>.

Outro dos testemunhos, considerado o mais direto e completo que se conhece até à data, é de Costigan. Segue a opinião negativa de Rebelo da Costa, mas num tom bem diferente. Numa das cartas, diz:

“Sua excelência é de muita idade e parece-se muito com um esqueleto, tem o corpo fraco e pequeno, um nariz em bico de águia, muito curvo (...); tem uma capacidade diminuta e nenhum talento, mas boa vontade e deseja exercer o cargo com imparcialidade; pratica todo o bem que pode, e não faz mal a ninguém, apesar de muitas vezes o poder fazer (...). Lembrai-vos que o cônsul é o meu informador e que há trinta anos conhece o país”<sup>3</sup>.

Arthur William Costigan é um militar escocês que, entre 1778 e 1779, tem oportunidade de percorrer Portugal de lés a lés e de, nessa ocasião, escrever vinte e três cartas a seu irmão, das quais dez são redigidas do Porto. Volvidos oito anos, toda essa correspondência foi reunida e publicada em Londres sob o título *Sketches of society and manners in Portugal*. O seu conteúdo é importante pela diversificada informação recolhida mas, ao mesmo tempo, no que se refere a Portugal, à sua situação e ao seu povo, é geralmente considerado pelos analistas nacionais cáustico e crítico. A confirmá-lo está o excerto que se transcreve, e outros comentários, no mesmo tom ou ainda pior:

“Sua mulher é também de muita idade, bondosa e cortês; é alta e foi bela e pinta-se até às orelhas e por toda a parte; para atenuar tudo isto, cobre-se de pó de arroz (...). Todos os filhos dessa senhora, em número de vinte, são notáveis; os rapazes, por uma estupidez que resiste a todos os esforços dos professores, e as raparigas, por sua leviandade, notada mesmo neste país (...), e fez com que fosse dado a essa respeitável senhora, pelos gracejadores do seu país, o epíteto de fecunda em burros”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 40.

<sup>2</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura. Obras públicas* (Vol. I, Porto: Edição de Autor, 1988-1990), 201.

<sup>3</sup> Arthur William Costigan, *Sketches of society and manners in Portugal* (Vol. I, London: T. Vernor, Birch-Lane, Cornhill, 1787), 384 – 385.

<sup>4</sup> *Ibidem*, 385 – 387.

Estas anotações, tendo uma base verdadeira, não são coincidentes com as de um terceiro autor, também ele proveniente das ilhas britânicas, o crítico Tomás de Modessan, que por aquela altura vivia no Porto. Na carta escrita ao diretor do periódico lisboeta *Jornal Enciclopédico*, censura severamente o padre Agostinho Rebelo da Costa por este criticar implicitamente as reformas feitas na cidade, e acusa-o de não prestar a “justiça (...) ao incansável zêlo e demais virtudes com que o imortal João de Almada e Melo governou por muitos anos esta cidade”<sup>5</sup>. Entre outras afirmações diz que as pessoas arredadas da cidade por um período mais longo “inteiramente a desconhecem hoje, pelo grande acréscimo de habitantes, pela reforma intrínseca que as obras públicas têm feito na sua antiga e menos boa fundação e por um indizível número de ruas e de edifícios públicos e particulares que, fora de seus muros, vêm a fazer continuada a mesma cidade (...)”<sup>6</sup>.

O texto revela que conhecia bem as obras que a Junta de Obras Públicas (JOP) fizera no Porto e que tinha estudado escrupulosa e criticamente o livro do presbítero bracarense<sup>7</sup>. Não deixa de causar alguma estranheza que este rigor e cuidado na defesa dos “ilustrados” tenha deixado incólume o escrito do outro “ilustrado” e seu conterrâneo, Arthur William Costigan, publicado dois anos antes. Uma explicação plausível desta ocorrência poderá estar no facto de Rebelo da Costa ter publicado em Portugal, na língua da mãe pátria e, por isso, acessível a muitos, ao passo que o outro foi publicado em Londres, longe dos visados, em inglês, e sem consequências de maior na opinião pública portuguesa da época.

Além dos comentários de Costigan não serem coincidentes com os de Modessan, também não o são com os dos peritos que estudaram com mais detalhe a pessoa de João de Almada<sup>8</sup>. Pinto Ferreira, a propósito do ter “uma capacidade diminuta e nenhum talento”, é peremptório: “não nos parece de aceitar integralmente esse conceito; um homem que exerceu durante longos anos tão importantes cargos públicos devia fatalmente possuir algum *talento* e bastante *capacidade*”<sup>9</sup>. Nas palavras de abertura aos “Textos laudatórios do séc. XVIII”, segue a linha panegírica falando da “forte personalidade desse extraordinário homem de ação”<sup>10</sup>. No seu estudo sobre a Praça da Ribeira comenta: “ocupou no Porto lugar de primacial relevo político e social a notável figura de João de Almada e Melo”<sup>11</sup>. Mandroux-França, para classificar a obra do Governador das Armas do Porto, usa a mesma palavra “notável”<sup>12</sup>, tal como Flávio Gonçalves, talvez sugerido pelos anteriores<sup>13</sup>. Bernardo Ferrão, por seu turno,

<sup>5</sup> Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* (Porto: Livraria Progredior, 1945), 434.

<sup>6</sup> *Ibidem*, 431.

<sup>7</sup> Sobre a crítica e veracidade do que escreve Tomás de Modessan acerca da obra de Rebelo da Costa, cf., por exemplo, Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 116.

<sup>8</sup> Cf. J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural* (Vol. XV, Porto: Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1953), 8 e 9, e Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 37.

<sup>9</sup> J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 11.

<sup>10</sup> J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXVIII, Nº 65-66 (77-78), *Atas do Congresso a Arte em Portugal no séc. XVIII – III* (Braga, 1974), 87.

<sup>11</sup> J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 7.

<sup>12</sup> Cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII* (Porto, Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1985), 8.

<sup>13</sup> Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, in *Pombal revisitado*, Vol. II (Lisboa, Editorial Estampa, 1984), 104. O que diz é: “(...) realizou no Porto uma obra verdadeiramente notável”.

refere-se a ele como “figura de proa do futuro processo de transformação urbana portuense”<sup>14</sup>. Ferreira Alves, analisando o Governador com base nas cartas acima citadas, refere três pontos importantes: 1º) que Costigan “desdoura tudo o que é português” e que se devem “levantar reservas a esta descrição”; 2º) não obstante o ponto anterior, a transcrição é “preciosa já que não se conhece outra mais completa”; 3º) parece haver verdade nas palavras de Costigan, pois o próprio “lembra-nos que teve como informador alguém que bem conhecia João de Almada e Melo – o cônsul da “nação britânica”, John Whitehead, (...)”<sup>15</sup>.

Outra opinião sobre o Governador é a de que seria uma pessoa de visão. Como lembra Mandroux-França, a cidade da segunda metade do séc. XVIII não estava no seu auge, e os programas de João de Almada não são consequência mas propulsão de algo, no sentido de surgirem como apoio para o futuro, como “previsões dinâmicas”<sup>16</sup>. O mesmo refere Bernardo Ferrão quando diz que a intenção era criar “um quadro dinâmico futuro”<sup>17</sup>. Os planos por ele administrados concebem uma cidade com base no passado edificado, considerando o crescimento que acontecia naquele presente, e o porvir, numa visão unitária e global que reclamava magnanimidade urbanística e, definitivamente, visão.

Relacionado com isto está outro juízo que se faz à sua pessoa e que se estende àqueles que com ele trabalharam. Diz respeito à inovação, ou mesmo criatividade, nas operações realizadas. A época é considerada um “dos dois grandes momentos criativos da urbanização do Porto”<sup>18</sup>. Esta “criatividade” está associada a novas concepções urbanísticas do “iluminismo”<sup>19</sup> – onde a palavra de ordem era regularidade –, e a uma nova linguagem estilística, com a introdução em Portugal do palladianismo inglês, precursor do neoclássico. Flávio Gonçalves, a propósito do Hospital de Sto. António, refere-se ao Governador como uma pessoa “receptiva à inovação”<sup>20</sup>, e Pinto Ferreira aponta os “novos processos construtivos” e os “novos conceitos estéticos”, concluindo que o urbanismo almadino introduziu “ideias modernas” na cidade<sup>21</sup>.

Temos, assim, três principais características apontadas pelos entendidos: era uma pessoa notável, um homem de visão e aberto à inovação. Este parecer baseia-se, fundamentalmente, na obra que deixou feita.

É certo que João de Almada vai para o Porto para tornar efetiva a presença pombalina no norte do país. Era um “homem de confiança de Pombal, à frente dos destinos da segunda cidade do reino (...), fiel executante da política pombalina no Norte”<sup>22</sup>. Contudo, esta confiança

<sup>14</sup> Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813* (Segunda edição, Porto, FAUP Publicações, 1989), 187.

<sup>15</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 34 – 37.

<sup>16</sup> Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, 9.

<sup>17</sup> Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 188.

<sup>18</sup> Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, 23.

<sup>19</sup> Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 220.

<sup>20</sup> Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 109.

<sup>21</sup> J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 90 e 91.

<sup>22</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 34. Bernardo José Ferrão diz que foi um “instrumento importante da ação pombalina do norte” (Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 187). Alguns referem-se a João de Almada com o epíteto de “Pombal do Norte”. Cf., por exemplo, Carlos de Passos, “Os almadás, reformadores do Porto”, *Separata do Boletim dos Amigos do Porto* (Vol. III, nº 12, Porto: Associação Cultural Amigos do Porto, 1960), 9.

e fidelidade, bem como a sua operacionalidade, não se deram por inerência do cargo. Eram previsíveis na pessoa em questão, mas o *como* e o *quanto* ela corresponderia a essas expectativas só seriam constatáveis *a posteriori*.

O novo Governador teve, efetivamente, de percorrer um caminho árduo, conquistando paulatinamente etapas, quer junto do poder central quer junto dos seus concidadãos, até conseguir construir alguma obra. Paradigma disto é a constituição da JOP.

Desde a sua chegada ao Porto, João de Almada manifesta apreensão pelo “aspecto medieval” da cidade e pelo seu anárquico crescimento<sup>23</sup>. Esta preocupação não era superficial, mas antes séria e efetiva, pois traduziu-se em pedidos de planos e de estudos, em negociações com a Câmara, em cartas para Lisboa a solicitar a vênua do poder central para fazer as obras, em insistências face à falta de respostas<sup>24</sup>.

No que respeita às obras públicas, a atividade do Governador começou por se centrar no bairro do Laranjal – Rua do Almada, Praça de Sto. Ovídio –, passando depois para as operações urbanas em zonas nevrálgicas intramuros – Rua de São João, Praça da Ribeira, Praça de São Domingos<sup>25</sup> –, prosseguindo com o desenvolvimento dos arrabaldes – Rua de Sta. Catarina, Rua Formosa, Rua do Carregal, Rua da Boavista, Rua de Cedofeita<sup>26</sup> –, sem descurar o tratamento dos antigos limites – Praça de Sto. Elói, Rua de Sto. António, Calçada dos Clérigos<sup>27</sup> –, resultando, por fim, numa consciência urbana estruturante, ampla e global. Com isto, já não bastava um apoio pessoal: tornava-se necessária uma adesão institucional.

---

<sup>23</sup> Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto: Contributo para a sua caracterização histórica* (Porto: CMP, CRUARB/CH, 1996), 41.

<sup>24</sup> Cf. Anni Günter Nonell, *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo* (Porto: FAUP Publicações, 2002), 163 – 172 e Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 175 - 179.

<sup>25</sup> Nestes três casos, os técnicos responsáveis apresentam propostas singulares, de grande rigor e mestria. A Rua de São João, de autor incerto – poderá ter sido Francisco Pinheiro da Cunha, Champalimaud de Nussane, ou mesmo o Cônsul Inglês, John Whitehead – não se chegou a completar na íntegra. Da Praça da Ribeira, de Whitehead, apenas se construiu uma parte, e da Praça de São Domingos, do mesmo autor, nada se fez.

<sup>26</sup> Muitas destas obras só se concluíram depois da morte de João de Almada, sobre a alçada do seu filho, Francisco de Almada e Mendonça, que lhe sucedeu no cargo. A Rua de Cedofeita, por seu turno, já só teve início durante o governo do filho.

<sup>27</sup> A Calçada dos Clérigos, atual Rua dos Clérigos e antiga Rua da Natividade, é anterior ao período almadino. No entanto, é nessa altura que se prolonga para poente com o desenho de fachadas, de Teodoro de Sousa Maldonado, que hoje conhecemos.

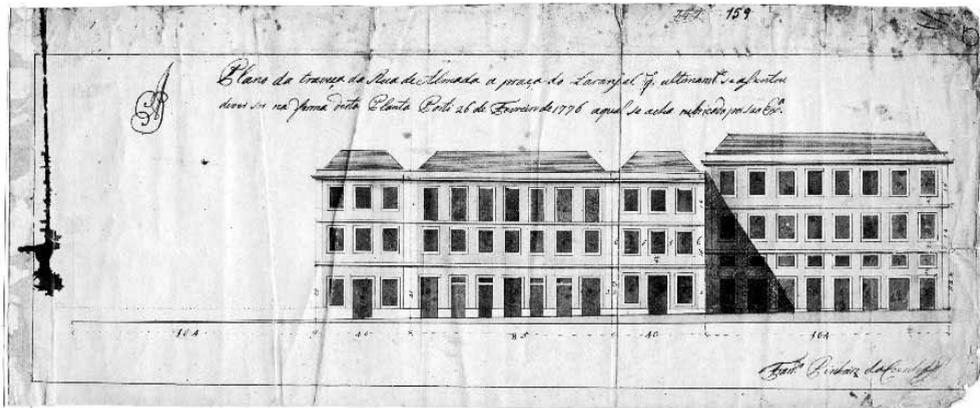


Figura 1 – “Plano da Travessa da Rua do Almada à Praça do Laranjal”, de Francisco Pinheiro da Cunha (1776); desenho clássico de fachadas, onde se pode ver, no canto superior esquerdo, a rúbrica de João de Almada

A criação da JOP, organismo autónomo, incumbido de levar a efeito os novos projetos urbanos, não foi um processo linear e imediato. Para o conseguir, o seu primeiro presidente, João de Almada e Melo, teve de refletir e conciliar: 1) o que seria necessário fazer para que o Porto se tornasse uma cidade ajustada à sua população e ao seu desenvolvimento, e uma referência urbana a nível europeu; 2) uma solução financeira que permitisse a operação urbana necessária; 3) uma solução política que agilizasse a operação urbana. Como se pode intuir, esta não era tarefa fácil e, pelos dados que temos, não se terá realizado na totalidade e pela exclusiva ação do futuro presidente da Junta.

É difícil discernir com rigor a quem se deve atribuir o mérito das intervenções que se fizeram no Porto na segunda metade do séc. XVIII, mas, pelo que já se mencionou, parece pouco provável que João de Almada fosse uma pessoa de “capacidade diminuta e nenhum talento”. Talvez esta visão de Costigan tenha o seu fundamento no caráter do homem que avaliava.

Tem razão Ferreira Alves quando diz que não é fácil “esboçar o retrato” do Governador, pois os dados são poucos e a única descrição direta conhecida até à data é o texto que se apresentou. Esse testemunho, como se disse, levanta dúvidas por ser contrário a outros depoimentos, por se desviar da opinião dos peritos e por não ser conforme à obra que nos ficou. Mas também é certo que contém alguma verdade. Resta saber qual.

Não obstante o que diz Ferreira Alves, somos da opinião de que se podem delinear os contornos da personalidade deste homem partindo do legado que deixou na cidade e recorrendo a cartas que escreveu enquanto Governador.

No que respeita à obra deixada no Porto, o que ficou dito sobre as diversas análises dos entendidos, e as referências às obras públicas, equipamentos e instituições (JOP), serão suficientes para um primeiro esboço da pessoa.

No que respeita aos documentos escritos o caso é distinto. Para este estudo reunimos algumas cartas dirigidas ao seu primo, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, e outra correspondência com um sobrinho, Sebastião José de Carvalho. Tendo em conta estes dois destinatários, as missivas denotam o tom familiar espetável, dentro da formalidade da época, e exprimem a intimidade do redator. São geralmente textos de várias páginas, onde se

fala da família, das saudades e da saúde, alegrias e tristezas, dos trabalhos e ocupações. São, por isso, registos subjetivos, espontâneos, escritos sem preocupação de rigor.

As cartas das quais se retiraram os excertos que aqui se apresentam encontram-se coligidas nos livros 616 e 712 da Coleção Pombalina, na Biblioteca Nacional de Lisboa, foram escritas entre 1765 e 1785 e, no respeitante à pessoa do Governador, são documentos ainda por estudar.

Começamos esta análise da correspondência referindo um dado que afeta o estado de ânimo e as capacidades operativas da pessoa: a saúde. Em diversas cartas, João de Almada faz referências às suas doenças<sup>28</sup>. É certo que naquela época as deslocações eram reduzidas e as notícias circulavam com lentidão, sendo que por vezes não chegavam sequer ao seu destino. Deste modo, uma carta era recebida com entusiasmo e continha quase sempre referências à saúde dos que se correspondiam. Contudo, não deixa de chamar a atenção as constantes alusões aos seus achaques.

O Governador vai vivendo “com os meus costumados incômodos”<sup>29</sup>, que o levavam a dizer ao seu primo Sebastião José: “Eu não vos posso dar notícias da minha boa saúde, porque estes chatos hipicondrios, pelo que dizem os médicos que eu padeço, me não deixam um instante”<sup>30</sup>. Efetivamente, para além desta, padecia de outras maleitas, como sejam as dores de dentes, pontadas, *fluxos* ou frieiras<sup>31</sup>. Não conhecemos o historial clínico nem temos relatórios médicos do Governador, mas estes registos indicam a ocorrência de doenças crónicas que podem comprometer o equilíbrio psíquico da pessoa. Fica, pois, por apurar até que ponto os achaques o afetaram.

O “quadro clínico” mencionado vai ao encontro do que alude Costigan: “Sua excelência é de muita idade e parece-se muito com um esqueleto, tem o corpo fraco e pequeno (...)”. Se o Governador, trinta e um anos mais velho que Costigan, nunca lhe falou dos seus males físicos, pelo menos, para o jovem inglês, eles eram, talvez tacitamente, evidentes. Na sua tendência para a caricatura, esboça uma pessoa carcomida, lúgubre. Como o exagero facilmente se alia à falta de rigor, é provável que Costigan, consciente ou não, projetasse em parte a incapacidade física na intelectual.

No texto epistolar de João de Almada, também se pode perceber que o próprio parece ter-se em pouca conta. Noutra carta a seu primo, deixa cair o seguinte comentário: “Eu aqui me vou continuando com meo piqueno governo, inda que bastante para a minha esfera, e para a minha pequena saúde; estando persuadido, que tenho contido estes povos naquele amor e respeito que devem ter a Sua Magestade (...)”<sup>32</sup>. Se este excerto traduz uma personalidade genuinamente modesta manifestada no seu dia à dia, para Costigan, essa característica poderia significar “capacidade diminuta e nenhum talento”. É certo que faz sentido o tom modesto do texto se tivermos em conta estar dirigido ao Secretário de Estado, “animal político”, figura carismática que acumulara poderes e geria todo o reino com mão de ferro. Este, ao lado daquele, era um gigante. Contudo, esta atitude vai-se repetindo em diversas cartas, distanciando-se bastante das missivas de outros homens seus contemporâneos<sup>33</sup>. Nessas epístolas, percebe-se

<sup>28</sup> Cf. BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616 e 712.

<sup>29</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 120 v.

<sup>30</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 117 v.

<sup>31</sup> Cf., por exemplo, BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 29 e Lv. 712, fls. 52 e 52 v.

<sup>32</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 40.

<sup>33</sup> Na correspondência da época é corrente uma linguagem que poderíamos classificar de serviçal, podendo significar apenas correção e boas maneiras ou, para além disso, denotar particularidades de quem escreve. Havendo dificuldade em discernir o que poderá obedecer aos costumes ou ao caráter da pessoa, fez-se uma comparação com escritos de

submissão, responsabilidade e agradecimento pela “bondade de quem me patrocina e fas valler o meu pouco préstimo”<sup>34</sup>. Para um crítico como Costigan, é natural que o Governador surja como uma figura diminuta e acinzentada, e mais ainda se colocada ao lado do homem que os apresentou, o cônsul inglês, John Whitehead.

Destes documentos escritos, como de outros, podemos também deduzir, seguindo o filão da modéstia, que o seu redator não seria uma pessoa presunçosa, ambiciosa e adulara, pois assinalava com simplicidade as suas limitações a alguém com poderes, parecendo continuar em funções mais por lealdade, submissão e serviço do que por apetência ou aspiração. Seria, sim, um homem simples, bondoso, que “pratica todo o bem que pode, e não faz mal a ninguém”, exercendo o poder de um modo eficiente mas liberal.

Sobre a não presunção, e ambição, Ferreira Alves, referindo-se a Francisco de Almada e Mendonça, filho do Governador, diz que, “ao contrário do pai (...) teve ao longo do século XIX quem se preocupasse com a sua imagem. Daí a razão de ter sido considerado como o mais importante dos dois almadadas (...)”<sup>35</sup>.

Sobre a bondade de João de Almada e Melo, para além do depoimento de Costigan, há diversos escritos que deixam transparecer essa qualidade. Para citar um exemplo, numa das cartas ao seu sobrinho Sebastião José de Carvalho, não obstante as muitas saudades e anseios de notícias, comenta: “a tempos recebi *uma* carta vossa em resposta de outra minha: não vos continuei a escrever, porque sei que vos custa esse exercício...”<sup>36</sup>. Sobre a liberalidade no exercício do poder, um exemplo é o modo como se aplicou no Porto o Alvará de 12 de Maio de 1758<sup>37</sup>.

Ainda no contexto do que temos vindo a designar por modéstia, há dois factos históricos, algo imperceptíveis, que podem ajudar a definir o tipo de modéstia de João de Almada. O primeiro diz respeito à sua chegada ao Porto, em 1757, e o segundo relaciona-se com a morte de D. José I, em 1777<sup>38</sup>.

Na tarde do dia 15 de Março de 1757, o novo Governador, acompanhado do Desembargador do Paço João Pacheco Pereira de Vasconcelos, chega à cidade que lhe é confiada, estando “as

---

outras pessoas da época, figuras públicas que se movimentam nos mesmos círculos e que poderiam ser classificadas como seus pares, e a conclusão a que chegamos é de uma efetiva humildade do Governador. São disto testemunho as cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo, de John Whitehead, de João Pacheco Pereira de Vasconcelos, do Capitão James Terrier, de Sebastião José de Carvalho, de Bento Gomes Delgado.

<sup>34</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, fls. 52 v e 53.

<sup>35</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadadas. Arquitetura, Obras Públicas*, 46.

<sup>36</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, f. 27.

<sup>37</sup> A Carta Régia de 4 de Janeiro de 1769 promulgava que, para o bom desenvolvimento das obras que promovem a “magnificência e decoro” da cidade, os donos dos prédios que tivessem de ser demolidos fossem obrigados a vendê-los. O decreto da referida missiva vai mais longe e manda aplicar no Porto o que determinava o Alvará de 12 de Maio de 1758 para Lisboa. No seguimento do terramoto de 1755, surgiu este Alvará com força de lei, estabelecendo os direitos e obrigações das partes implicadas, casos particulares de propriedade, regulamentação sobre expropriações, de modo a evitar a especulação, normativas relativas ao modo de edificar e muitas outras indicações, constituindo-se num documento “agressivo” para uma cidade como o Porto. As determinações urbanas que vinham no seguimento da referida Carta Régia, foram aplicadas de duas formas: 1ª por imposição da totalidade das frentes de ruas; 2ª por normativas por sectores. O que hoje se observa das realizações daquele tempo é a total aplicação dessas determinações num dos casos, a sua aplicação parcial ou a desobediência efetiva (cf. Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadadas, 1758/1813*, 222).

<sup>38</sup> Sobre os motivos que levaram João de Almada para o Porto cf. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadadas. Arquitetura, Obras Públicas*, 25 a 27, e Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular – Os motins do Porto de 1757* (Lisboa, INCM, 1988).

ruas e praças cobertas de multidão de Povo, nos recebeu com sumo respeito”<sup>39</sup>. Porém, nessa mesma noite, dá-se o segundo motim.

No dia 25 de Março de 1757, dez dias depois da chegada, o Desembargador do Paço escreve uma extensa carta de dez páginas a Sebastião José de Carvalho e Melo, onde conta com pormenor como se deu o segundo tumulto. Apesar de nele referida a pessoa de João de Almada, o que fez e o que ordenou, depreende-se desse relato que, na noite do tumulto, o Governador não esteve propriamente interveniente. Pelo contrário, João Pacheco Pereira de Vasconcelos, vai relatando a sua atividade em diversas frentes<sup>40</sup>, começando pelo cumprimento de ordens – “Como na forma das minhas instruções de 28 de Fevereiro, ordenava S. Mag.e q observasse a prudência e a severidade em sumo grão, principiando pela primeira”<sup>41</sup> –, passando pela ação – “Mandei despejar imediatamente a Praça, pela Comp<sup>a</sup> de Dragões”<sup>42</sup> –, e acabando na prudência de bom líder, sugerindo que se pagasse às tropas os salários em atraso – “nestas expedições he mto. preciso, que estejao contentíssimas as Tropas, e como oiço queixar as que estão aqui de guarnição, de que se lhe devem mais de sete meses de Soldo...”<sup>43</sup>.

É conhecido o modo pragmático e violento como foi reprimida esta revolta. A este respeito Pinto Ferreira comentou que os agentes de autoridade “excederam, em tudo, os limites. Mediante ameaças, torturas e falsas promessas de perdão (João Pacheco Pereira de Vasconcelos) arrancou aos réus todas as declarações que lhe aprouve exigir”<sup>44</sup>. Não sendo dados abonatórios para o Desembargador do Paço, tudo parece indicar que seria ele, com o aval do Governador, quem dava resposta imediata, quem geria no momento todas as operações para dominar a turbamulta.

O segundo dado histórico é o que se dá com a morte do rei D. José I. A proximidade familiar, a amizade e os anos de trabalho em conjunto faria julgar que a reação de João de Almada a esse sucesso teria alguma afinidade com a do seu primo, Secretário Geral do Reino. Mas não, foi exatamente contrária.

Como é sabido, a princesa e futura rainha D. Maria I vem a casar com o seu tio, o Infante D. Pedro, que não nutria especial simpatia pelo Marquês de Pombal. Depois da morte de D. José I, aconteceu o que já se previa: dá-se a “viradeira” e com ela Sebastião José de Carvalho e Melo perde o domínio, as “graças e as mercês” que tinha. Seu primo, desde o Porto, mantém a amizade para com ele, como o certifica a variada e sucessiva correspondência que mantém<sup>45</sup>. Com a subida ao trono de D. Maria I, o Marquês de Pombal apresenta a sua carta de demissão, consciente da antipatia que diversos membros da nobreza tinham pela sua pessoa. Perante este cenário, João de Almada fica numa situação delicada, pois era do conhecimento de todos que, não estando tão comprometido e tão pressionado como o primo, não deixou de seguir fielmente os seus ditames em algumas “políticas fraturantes”, como sejam o processo

<sup>39</sup> ANTT, Ministério do Reino, Caixa 473, Maço nº 354, Maço s/fls numeradas, Carta de 25 de Março de 1757, fl. 2.

<sup>40</sup> O relato de João Pacheco Pereira de Vasconcelos parece-nos inocente, no sentido em que se trata de uma carta que surge das suas obrigações sem quaisquer pretensões de se destacar. As referências à sua pessoa reduzem-se praticamente ao que transcrevemos e João de Almada e Melo é sempre referido com toda a reverência.

<sup>41</sup> ANTT, Ministério do Reino, Caixa 473, Maço nº 354, Maço s/fls numeradas, Carta de 25 de Março de 1757, fl. 3.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> *Idem*, fl. 5.

<sup>44</sup> J. A. Pinto Ferreira, “A economia do vinho e o crescimento do Porto, dos séc. XVII ao XIX”, in *O vinho na história portuguesa. Séc. XIII – XIX* (Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1983), 44.

<sup>45</sup> Na BNP, o livro 616 da Coleção Pombalina reúne, entre outras coisas, uma coleção de sucessivas cartas de João de Almada e Melo ao seu primo no exílio.

dos Távoras e a expulsão dos Jesuítas. Apesar disso, consciente das dificuldades futuras, não teve uma reação temerária nem de debilidade, permanecendo ao serviço do novo monarca, deixando, serenamente, as coisas seguirem o seu curso natural, e procurando manter o equilíbrio possível dentro das circunstâncias.

Tendo como pano de fundo estes dois acontecimentos – a chegada ao Porto e a sua atitude perante a morte rei –, deduzimos que não seria uma pessoa reativa, primária e impulsiva. Chegamos, então, ao entendimento que fazemos da sua modéstia. Esta expressava-se numa restrição deliberada no comportamento, num não chamar a atenção, numa personalidade pacata e ao mesmo tempo independente. Estaremos, portanto, perante alguém comedido, provavelmente prudente e reservado.

Esta interpretação do seu modo de ser apresenta um certo contraste com a vasta obra que promoveu e nos chegou, a qual requer um homem de ação. Não obstante, assim o consideramos também, mas de uma ação refletida e ponderada, como se presume da sua personalidade e, bem assim, da própria obra realizada.

Outra característica do Governador patente nas suas cartas é a laboriosidade. Pelo modo como exerceu o seu cargo tudo leva a crer que terá sido uma pessoa trabalhadora, responsável, cumpridora dos seus deveres. Uma nota expressiva, confirmada por diversos documentos e algumas cartas do próprio, entre 1757, ano em que chegou ao Porto, e até 1779, João de Almada não saiu da cidade que lhe fora confiada. A 6 de Março de 1779 pedia autorização à Rainha para se ausentar durante quatro meses, a fim de poder acompanhar os arranjos da casa que deixara há 22 anos<sup>46</sup>.

No que respeita às operações urbanas, as diligências na renovação e edificação da cidade são patentes. No início da sua governação, a propósito do Bairro do Laranjal, há vários pedidos de levantamentos e de plantas, e diversas cartas enviadas a Lisboa. Para a constituição do organismo que viria a agilizar a renovação da cidade – a JOP –, desdobrou-se em reuniões com o Senado da Câmara, no estudo de possíveis soluções políticas e financeiras, e em correspondência com o poder central. O acompanhamento das obras, desde as praças, às novas ruas e equipamentos – Ribeira, São Domingos, Rua do Almada, Rua de São João, Hospital de Sto. António, Cadeia e Tribunal da Relação<sup>47</sup>, etc. –, era próximo e responsável. Para a renovação dos direitos que adquirira para a cidade, referente aos fundos da CGAVAD e da contribuição militar, foi diligente na obtenção da resposta da rainha. Todo este seu empenho por ir resolvendo os diversos problemas está documentado<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> Cf. BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 118 v.; Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 193.

<sup>47</sup> No geral, João de Almada acompanhava de perto todas as obras. Mas se se tiver de destacar alguma, poderemos dizer que talvez a Cadeia e Tribunal da Relação terá sido o edifício que lhe deu mais trabalho e ao qual mais se dedicou (cf. Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 108).

<sup>48</sup> Há diversos documentos de João de Almada que testificam o que referimos. Com base no trabalho de Ferreira Alves (Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*), passamos a dar alguns breves exemplos, seguindo, respetivamente: a consciência e responsabilidade no acompanhamento das obras; a preocupação pela celeridade das mesmas; o cuidado com os habitantes; a prudência no governo, recorrendo à experiência e às instituições competentes: “(...) consegui da Camara” (p. 176), “(...) cuja planta mandei tirar” (p. 176), “(...) actualmente se trabalha na prassa da Ribeira, que foi preciso alterar quazi oito palmos tanto para ficar mais suave o declive (...) como para evitar inundassões (...)” (p. 214), “por ver que hiam arruinando hum dos milhores bairros que esta cidade pode ter” (p. 176); “(...) para alcançar esta resolução com brevidade” (p. 176), “(...) não ser justo que eu dilate mais esta obra” (p. 177); “ (...) dispuz huma guarda, destinada unicamente para cautela e segurança do convento” (p. 121), (18 Out 1783) “me pareceu necessário, para acautelar o iminente

Se a estes trabalhos se somarem os cargos ocupados e suas correspondentes responsabilidades, fica claro que “a carga que eu tenho he grande”<sup>49</sup>. O poder central passou a depositar nele toda a confiança, e com isso o tempo começou a faltar-lhe, até para as coisas que mais queria, como a correspondência com o seu sobrinho: “... pelos empregos em que Sua Magestade me fas a honra de se servir de mim; pello que me persuado que não repararas quando eu por este modo te não procure mais vezes...”<sup>50</sup>. Sebastião José compreendia a situação do tio e desejava “que V. Ex<sup>a</sup>. se conserve com boa disposição, apesar dos seus laboriosos empregos tão útil e distintamente executados como he geralmente notório: e permita Deus conservar a preciosa Vida de V. Ex<sup>a</sup>. para puder continuar os interessantes projectos com que tem felicitado os habitantes dessa Cid.e (cidade) e Prov.a (província)”<sup>51</sup>.

Estamos em crer que a laboriosidade era uma das maiores virtudes de João de Almada. Chama a atenção como, a propósito da sua obra, Pinto Ferreira, na introdução e conclusão de uma apresentação num congresso, faz uma alusão às “características de ordem espiritual” que “engrandecem e elevam” o trabalho<sup>52</sup>. No Governador, o cumprimento das obrigações parece uma constante. Procurava indagar, apoiar-se nos entendidos, compreender os problemas e tentar efetivamente resolvê-los. Este seu modo de assumir o trabalho expressa, em certa medida, a modéstia que temos vindo a referir.

O último aspeto a anotar neste “esboço” do Governador tem por base o parecer dos peritos que, como se viu, diziam ser um homem de visão. Podemos encontrar aí abertura de espírito na “previsão dinâmica” da cidade, ou seja, numa sensibilidade pelo porvir, sem descurar o passado, no aceitar e impulsionar as novas concepções urbanas e a nova linguagem estilística. No intuito de perceber melhor a amplitude desta abertura de espírito, detenhamo-nos nestes dois últimos aspectos: as novas concepções urbanas e a nova linguagem estilística.

Quando se fala das novas concepções urbanas que os almadadas trouxeram para o Porto, está-se a falar da “modernidade” referida por Pinto Ferreira, que resulta em modelos de vanguarda no modo de operar na cidade<sup>53</sup>. O aglomerado urbano de outrora, medieval, tortuoso, insalubre, fica para trás, dando lugar a uma nova cidade onde predomina a linha reta nos traçados das ruas e na arquitetura, onde se constroem passeios, onde se procura a uniformidade, com cuidado especial para os casos particulares, como sejam os ressaltos das cêrceas nas vias em declive.

---

perigo (...)” (p. 214); “Tem mostrado a experiência (...)” (p. 186), “... sendo por isso necessario recorrer às justisas ordinárias” (p. 196).

<sup>49</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 221.

<sup>50</sup> *Ibidem*, Lv. 712, fl. 6.

<sup>51</sup> *Idem*, fl. 29.

<sup>52</sup> Referimo-nos ao congresso “A arte em Portugal no séc. XVIII” mencionado acima. A sua apresentação foi, com outros textos, compilada nas Atas do Congresso (cf. J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 88 e 92).

<sup>53</sup> J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 90 e 91



Figura 2 – “Imbarco della Real Salma”, de Enrico Gonin (1851); ideia de modernidade manifestada na amplitude e regularidade, aqui exageradas, da Rua de São João

A nova linguagem estilística, já presente nas novas concepções urbanas, implantou-se a partir da arrojada opção do Governador em renunciar ao estilo então em voga, o tardo-barroco<sup>54</sup>, e abraçar o palladianismo inglês, que passou a figurar nas principais construções civis. Para contextualizar melhor este aspeto deveremos lembrar que era o “barroco aparatoso que agradava aos sentidos de toda a clientela”<sup>55</sup>.

É interessante verificar que, quando se começava a abrir a primeira grande rua das intervenções almadinas, a Rua do Almada – dando-se formalmente início, se bem que de um modo ainda não definitivo, a esta nova corrente estilística –, era inaugurada, no mesmo ano de 1763, a Torre dos Clérigos, obra de referência de Nasoni, futuro símbolo da cidade. Outra nota importante é que, em Agosto de 1769, o capitão Robert Sconswar entrega ao provedor da Misericórdia, D. António de Lencastre, os desenhos do futuro Hospital de Sto. António. A proposta de John Carr significava, como lembra Flávio Gonçalves, “um corte radical (...) em relação à arquitetura barroca da cidade”<sup>56</sup>. Bem ao lado do novo hospital, o edifício da Cadeia e Tribunal da Relação distancia-se profundamente na forma, apesar de tão próximo no espaço e no tempo.

<sup>54</sup> Cf., por exemplo, Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 110 e 117.

<sup>55</sup> *Ibidem*, 103.

<sup>56</sup> *Idem*, 109.

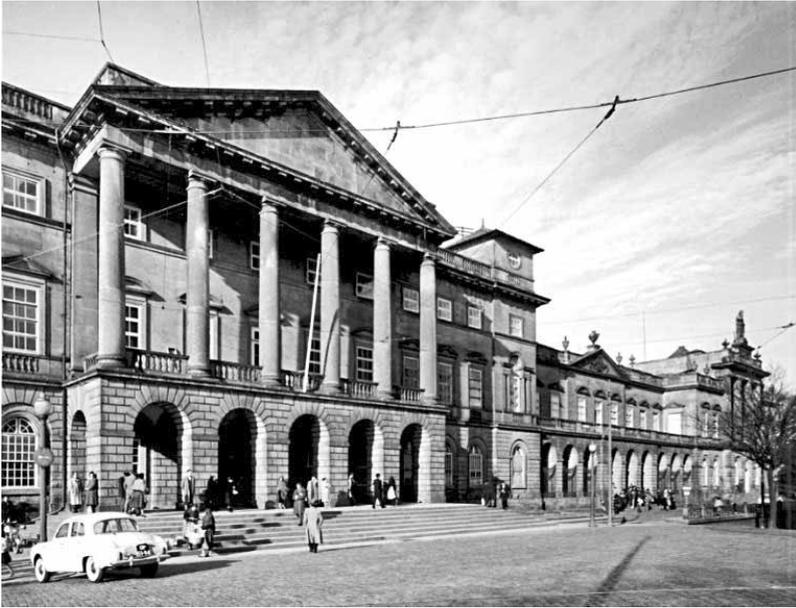


Figura 3 – Hospital de Santo António, de John Carr (1770); corpo central da frente nascente, onde se evidencia a nova linguagem estilística

Recapitulando os traços do caráter de João de Almada, temos um homem doente, de temperamento prudente no sentido de ponderado, discreto, refletido. No que toca às suas características profissionais será laborioso e responsável, uma pessoa com abertura de espírito, e de visão.

Pode-se alegar que estes aspectos não são suficientes para explicar a vasta obra deixada no Porto, ou afirmar que estes traços não têm que se dar necessariamente no caráter do Governador – ou que não têm que se dar na totalidade –, e que se tratam mais de virtudes daqueles que com ele trabalharam. Mantém-se, assim, a dúvida inicial, quando nos perguntávamos a quem se deve atribuir o mérito das intervenções que se fizeram no Porto na segunda metade do séc. XVIII.

Antes de mais deveremos dizer que, pelas razões apresentadas, somos da opinião de que João de Almada teria as características esboçadas. No que respeita às qualidades “técnicas” *tout court*, se não as tinha, possuiria outras importantes para o bom governo e, conseqüentemente, para dirigir a renovação e construção da cidade. Por um lado, soube auscultar quem sabia, tal como podemos ver, por exemplo, numa carta em que pede conselho sobre uma construção, “pois tu tens voto em obras, e tomarei o teu concelho antes (...)”<sup>57</sup>. Usou de prudência porque, para além de pedir conselho, soube esperar mantendo as diligências necessárias – “pello que toca a situação dos armazes, eu ainda me não acho verdadeiramente informado delles, porém brevemente te poderei mandar *uma* planta do sitio, e uma informação de tudo o que me aconselhas faça nelle”<sup>58</sup> –, e porque soube rodear-se das pessoas competentes. Este último aspecto, referido por vários autores, é especialmente tratado por Pinto Ferreira. No seu estudo

<sup>57</sup> BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, fts. 52 v. e 53.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

sobre a Praça da Ribeira diz que “além de muito talento e muita capacidade devia ter possuído, como o seu parente e contemporâneo Marquês de Pombal, uma superior intuição para se saber rodear de bons colaboradores”<sup>59</sup>.

Na mesma linha, Flávio Gonçalves escreve que João de Almada “rodeara-se de uma excelente equipa de engenheiros militares e arquitetos, que, de olhos postos na reconstrução pombalina de Lisboa, congeminaram parte da atual *baixa* portuense”<sup>60</sup>. Outros autores poderiam ser chamados a sustentar este parecer, mas julgamos suficientes os que apontámos para, sintetizando a resposta à questão colocada, considerarmos que o mérito do trabalho realizado se deve a uma boa equipa liderada por um bom chefe.

Com tudo o que foi dito não queremos seguir o retrato laudatório do Governador das Armas e das Justiças do Porto, na linha dos escritos de Francisco Bernardo de Lima ou de Manuel Gomes de Lima Bezerra, que, como refere Ferreira Alves, elogiam em demasia a pessoa<sup>61</sup>. Concretamente, é muito provável que não tivesse aqueles grandes rasgos de carácter que o convertessem em figura carismática. Estando ligado ao poder central procurou estar próximo do poder local: movia-se entre dois mundos, ocupando uma posição difícil. Foi, sem dúvida, uma pessoa de “largas iniciativas, cuja realização forçosamente havia de encontrar más vontades”<sup>62</sup>. A sua competência radicava numa capacidade nata de governo, apesar de não ser propriamente um líder, e, principalmente, no seu constante e infatigável trabalho. Este atributo de laboriosidade, onde se destaca a modéstia que anteriormente caracterizámos, provavelmente é o que leva Costigan a ser depreciativo. Quando este diz que o Governador tem uma “capacidade diminuta e nenhum talento”, enquanto Pinto Ferreira afirma que é um “extraordinário homem de ação”, verifica-se que o primeiro estará a avaliar o carácter da pessoa visto apenas de uma perspectiva, e o segundo a obra de várias pessoas, de uma equipa. Deste modo consideramos haver verdade nas duas opiniões, sendo a primeira restritiva e a segunda excessivamente abrangente.

O texto em forma epistolar de Costigan reclama ainda um breve comentário. O conteúdo cáustico, tão patente nestas cartas, era habitual no Romantismo do séc. XIX, onde a perspectiva subjetiva suplantou a objetividade dos relatos setecentistas. Assim o explica Maria Zulmira de Sousa na apresentação de uma das publicações dos *Sketches* em língua portuguesa, acrescentando que os textos descritivos do séc. XVIII, de cariz enciclopédico, tinham, por seu turno, uma utilidade prática e procuravam, por isso, ser objetivos<sup>63</sup>. Mas, para além daquela característica, estamos em crer que Costigan, cujo verdadeiro nome era James Ferrier<sup>64</sup>, redige as suas

<sup>59</sup> J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 18.

<sup>60</sup> Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 108.

<sup>61</sup> Não deixa de ser curioso que os “Textos Laudatórios” sejam todos de 1765, quando ainda se estavam a iniciar as primeiras operações urbanas. Parece evidente que, àquele ano, há um exagero nos panegíricos que rodeiam a figura. Pinto Ferreira alude ao facto de haver um ambiente que os justificava. A Rua do Almada tinha acabado de ser aberta. Começava-se a abrir a Rua de São João. Mesmo assim, entre a obra feita e os referidos textos, há uma *décalage* substantiva. Cf. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 37.

<sup>62</sup> J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 10.

<sup>63</sup> cf. Arthur William Costigan, *Cartas sobre a sociedade e os costumes de Portugal, 1778-1779* (Lisboa, Lisóptima, 1989, Vol. I, pág. 10).

<sup>64</sup> *Ibidem*, pag. 17 e 18. Cf. também Arquivo Histórico Militar, Processo Individual de James Terrier, CX. 5/3. O Brigadeiro Ferrie exerceu funções pelos anos 60 e 70 do século XVIII, chegando a comandante do regimento de Artilharia do Porto, que na altura se encontrava instalado em Valença do Minho.

missivas num contexto de ruptura com Portugal, facto que poderá ter contribuído para o tom especialmente crítico que adopta<sup>65</sup>.

Concluimos este ensaio compendiando os traços gerais do carácter do Governador, depurados neste ensaio a partir dos documentos e das obra que nos deixou. Temos, pois, um homem doente, bondoso, onde repousa a modéstia, a laboriosidade e a responsabilidade; uma pessoa de visão e com abertura de espírito. A modéstia da sua personalidade deverá ser entendida como prudência, ou seja, João de Almada e Melo seria uma pessoa ponderada, reservada ou discreta, de ação refletida.

---

<sup>65</sup> James Ferrier foi expulso de Portugal depois de um processo que durou cerca de 14 anos. Durante esse período escreveu diversas cartas em sua defesa, a diversas figuras proeminentes, num português fluido, correto e persuasivo (cf. por exemplo, BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 57, ou BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 638, fls. 502 e 503).

